

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
UniFOA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PROJETOS E PROGRAMAS SOCIAIS E ESPORTIVOS: UM ESTUDO DE
REVISÃO**

RAFAEL DUARTE COUTINHO PINHEIRO
THIAGO RAFAEL DE SOUZA ASSIS
VINÍCIUS GONZAGA DUARTE

VOLTA REDONDA - RJ

2023



FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
UniFOA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PROJETOS E PROGRAMAS SOCIAIS E ESPORTIVOS: UM ESTUDO DE
REVISÃO**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Graduação em Educação Física do UniFOA como requisito à obtenção do título de Bacharel em Educação Física. Alunos: Rafael Duarte Coutinho Pinheiro; Thiago Rafael de Souza Assis e Vinícius Gonzaga Duarte.

Orientador: Ms. Daniel Alves Ferreira Júnior

VOLTA REDONDA - RJ

2023



FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de curso intitulado PROJETOS E PROGRAMAS SOCIAIS E ESPORTIVOS: UM ESTUDO DE REVISÃO.

Elaborado por Rafael Duarte Coutinho Pinheiro; Thiago Rafael de Souza Assis e Vinícius Gonzaga Duarte e apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Graduação em Educação Física - Bacharelado - UniFOA

Aprovado emde.....de.....

Banca Avaliadora:

.....
Prof. Msc. Daniel Alves Ferreira Junior - UniFOA

.....
Professor Avaliador

Nome, titulação e IES na qual está vinculado(a)

.....
Professor Avaliador

Nome, titulação e IES na qual está vinculado(a)

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a todos que contribuíram para a conclusão deste trabalho, em especial às nossas queridas famílias. O apoio incondicional, compreensão e paciência de vocês foram fundamentais para que pudéssemos nos dedicar a esta jornada acadêmica.

Ao meu dedicado orientador, Prof. Msc. Daniel Alves Ferreira Junior, expressamos nossa sincera gratidão. Sua orientação precisa, estímulo constante e valiosos insights foram cruciais para o desenvolvimento e aprimoramento deste trabalho. Sua dedicação ao nosso crescimento acadêmico não passou despercebida e será eternamente apreciada.

Neste momento, também quero reconhecer a presença constante de Deus em minha vida. A fé que me sustentou durante os desafios, as dúvidas e os momentos de superação. A Ele agradeço por guiar meus passos e proporcionar a força necessária para chegar até aqui.

RESUMO

Tem sido frequente a preocupação da comunidade científica com as políticas públicas de esporte e lazer. Refletir sobre a organização do sistema esportivo brasileiro é de suma importância, sobretudo para legitimar o direito constitucional ao esporte e ao lazer, reafirmando que é um dever estatal garantir a oferta e o acesso às práticas esportivas seja no âmbito educacional, da participação ou do rendimento. O objetivo desse estudo descritivo de revisão bibliográfica é revisar a literatura especializada para analisar os relatos publicados sobre a importância dos projetos e programas sociais esportivos sobretudo para o processo de iniciação esportiva. Dentre os principais resultados da análise destacamos que precisamos saber mais sobre a participação dos jovens no esporte. O desenvolvimento das políticas públicas passa pelo devido financiamento (Suporte financeiro e humano) pelo estado enquanto agente promotor e financiador. Além da preocupação com as condições ambientais para que as experiências e oportunidades criadas possam se efetivar a partir da responsabilidade da prática educativa concreta em uma base regular de tempo.

Palavras-Chave: Programas; Projetos Sociais; Esporte e Iniciação Esportiva.

ABSTRACT

The scientific community has been frequently concerned about public sports and leisure policies. Reflecting on the organization of the Brazilian sports system is extremely important, especially to legitimize the constitutional right to sport and leisure, reaffirming that it is a state duty to guarantee the supply and access to sports practices, whether in the educational, participation or performance spheres. The objective of this descriptive bibliographic review study is to review specialized literature to analyze published reports on the importance of social sports projects and programs, especially for the sports initiation process. Among the main results of the analysis, we highlight that we need to know more about the participation of young people in sport. The development of public policies requires proper financing (financial and human support) by the state as a promoting and financing agent. In addition to the concern with environmental conditions so that the experiences and opportunities created can be implemented based on the responsibility of concrete educational practice on a regular basis.

Keywords: Social projects; Sport and Youth.



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. MÉTODO.....	09
3. REVISÃO DA LITERATURA	10
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	14

INTRODUÇÃO

O Esporte, um dos fenômenos socioculturais mais importantes da contemporaneidade, está cada vez mais presente na vida das pessoas, alcançando diferentes cenários, significados e finalidades no conjunto das atividades humanas. Além disso, ele tem sido considerado como importante fonte de excitação agradável, de identificação coletiva e de sentido para a vida, e está presente diariamente, direta ou indiretamente, na vida de pessoas em todo o mundo (PAES, 2002).

Tem sido frequente a preocupação da comunidade científica com as políticas públicas de esporte e lazer, ocupando lugar de destaque entre periódicos especializados no tema e revelando maior valor para as publicações que tratam das propostas relativas aos projetos e programas sociais esportivos.

Bronfenbrenner (2011) complementa:

Reconhecido pelo seu caráter interdisciplinar, estudos nessa linha buscam desenvolver um “conhecimento efetivamente válido” e propor “bases científicas para o planejamento de políticas e de programas públicos eficazes” para o desenvolvimento positivo do(a)s jovens. O esporte passou a ocupar uma posição de destaque, uma vez que alcança diferentes domínios do desenvolvimento humano. (BRONFENBRENNER, 2011, p. 44)

Refletir sobre a organização do sistema esportivo brasileiro é de suma importância, sobretudo para legitimar o direito constitucional ao esporte e ao lazer, reafirmando que é um dever estatal garantir a oferta e o acesso às práticas esportivas seja no âmbito educacional, da participação ou do rendimento.

Contudo, percebe-se claramente que a instituição de um sistema piramidal para a organização do esporte no Brasil¹ deixa lacunas consideráveis, principalmente porque não há uma distribuição racional dos recursos para subsidiar as práticas em cada nível. Também não fica claro a participação de cada ente federativo (Município, Estados e União), fazendo com que todos tenham que executar programas e projetos para as diferentes finalidades.

Nesse contexto trazemos à tona a importância das instituições governamentais na efetividade dessas políticas, desde a criação dos programas, a publicação dos editais, a seleção dos proponentes, a transferência de recursos, a execução, a devida fiscalização (controle) até a prestação de contas.

¹ De acordo com o artigo 3º do capítulo III da Lei Federal nº 9.615, de 24 de março de 1998, intitulada Lei Pelé (BRASIL, 2007), o esporte pode ser reconhecido no Brasil de acordo com as seguintes manifestações: desporto educacional; desporto de participação; desporto de rendimento.

Greco e Benda (1998) e Paes (2001) complementam destacando que a função primordial dos Projetos e Programas Sociais Esportivos (PPSE) é assegurar a prática no processo de ensino e aprendizagem, com valores e princípios voltados para uma atividade gratificante, motivadora e permanente, reforçada pelos conteúdos desenvolvidos pedagogicamente, respeitando-se as fases sensíveis do desenvolvimento, com carga horária suficiente para não prejudicar as demais atividades como o descanso, a escola, a diversão, dentre outras. As práticas pautadas pela organização holística e principalmente por peças indispensáveis na promoção da formação de seres sociais, devem basicamente e permanentemente conter o prazer e o respeito como norteadores de modo que toda convivência com as modalidades de esporte, jogos, lutas, danças e quaisquer manifestações culturais ligadas à formação da Cultura Corporal de movimento e que na prática, se proporcione o aperfeiçoamento nos comportamentos motores e cognitivos mas acima de tudo se amplifique a formação de novos comportamentos sociais favoráveis a qualquer convivência em sociedade.

Scaglia (1999) ainda ratifica afirmando que a partir dos anos mil novecentos e noventa os projetos esportivos teriam assumido um papel amplo cuja propagação de bons preceitos esportivos, moral e retirada das crianças da rua estariam como carro chefe ideológico para estes espaços. Seria função dos projetos esportivos fazer com que tudo que se aprende nesses espaços pudesse também ser utilizado de forma positiva ao longo de toda vida e não somente no ímpeto imediatista dos resultados. (SCAGLIA, 1999, p. 14)

Isto posto, pretendemos revisar a literatura especializada para analisar os relatos publicados sobre a importância dos projetos e programas sociais esportivos sobretudo para o processo de iniciação esportiva.

MÉTODO

Nosso estudo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, de caráter exploratório e descritivo. Para sua realização foi efetuado um levantamento de publicações relacionadas diretamente com a temática da pesquisa. Foram considerados estudos experimentais e estudos de revisão nacionais, utilizando as bases eletrônicas: Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO). A prioridade de escolha no referencial teórico foi de estudos mais recentes, mas

algumas referências clássicas se fizeram indispensáveis para o raciocínio do tema proposto.

Nossas palavras chaves para as pesquisas foram: “Programas”, “Projetos” “Esporte” “Iniciação Esportiva” utilizando os operadores lógicos "AND" e "OR" para combinação dos descritores afim de rastrear publicações afins.

REVISÃO DA LITERATURA

Em uma primeira análise, buscamos informações sobre quais programas foram disponibilizados pelo governo federal. Elaboramos então, o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1– Projetos e programas sociais esportivos no Brasil (1978-2005)

ESFERA	PROJETO/ PROGRAMA	PERÍODO	ABRAGÊNCIA
Federal	Recriança	1986-1999	Nacional
	Esporte Solidário	Desde 1995	Nacional
	Esporte Educacional	Desde 1996	Nacional
	Esporte à Meia Noite	Desde 1999	Distrito Federal
	Navegar	Desde 1999	17 Estados
	Esporte na Escola	2001-2003	Nacional
	Segundo Tempo	Desde 2003	Nacional

Quadro 1 – Fonte: Os Autores

Procuramos discorrer em favor do entendimento de que uma sociogênese dos PPSE no Brasil pode se beneficiar de uma abordagem processual atenta não só às dimensões de conflito, mas também às dinâmicas de consenso entre a esfera política institucionalizada. Vimos que o surgimento de programas esportivos se encontra relativamente documentado na literatura, corroborando o fato de que o esporte se consolida como prática social e esfera de atuação do poder público brasileiro ainda que de forma incipiente no período denominado Estado Novo (1937- 1945), sendo então utilizado como instrumento de ordenamento da sociedade, nos moldes do projeto político do governo Vargas (Linhales, 1998; Starepravo, 2011).

É nesse cenário que, por via do Decreto-Lei 3.199/41 (Brasil, 1941), se instituiu o Conselho Nacional de Desportos (CND), subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, visando orientar, fiscalizar e incentivar a prática desportiva no país. Assim, a primeira proposta de lei orgânica para o esporte brasileiro atendeu à manifestação de rendimento e burocratizou o setor, instituindo uma estrutura rígida, corporativa (Manhães, 2002) e distante do entendimento do esporte como direito social (Linhales, 1996).

Os estudos de Zaluar (1994) abordam projetos alternativos à educação formal fundados na orientação para o trabalho e na educação pela prática esportiva, que surgiram, segundo a autora, dos efeitos combinados da crise econômica, do fracasso da política educacional e do aumento da criminalidade com participação de jovens pobres, na década de 1980. Tais estudos destacam três iniciativas pioneiras: o Programa de Iniciação Esportiva (PRIESP), da Fundação Roberto Marinho, cujos objetivos foram popularizar a prática esportiva múltipla e identificar talentos a partir dessa massificação; o Projeto Integrado de Assistência ao Menor (PIAM), do governo de Goiás, que visava promover a educação para o trabalho, tendo a iniciação esportiva como um dos suportes; e o Programa Recriação, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que destinava recursos às prefeituras municipais para o desenvolvimento de projetos baseados no tripé “educação esportiva, orientação para o trabalho e alimentação”.

Note-se que mesmo mantendo o esporte de rendimento – especialmente o futebol – no centro das atenções, o texto referente às manifestações ressalta a necessidade de inclusão de indivíduos com menor aptidão física e/ou técnica nas atividades esportivas (Tubino, 2010). Essa inclusão se dá por meio do esporte educacional e de participação, cujo entendimento, por vezes, se entrelaça e fundamenta os PPSE como ações educacionais realizadas no contexto extraescolar.

Contudo, a efetiva orientação para a principal perspectiva do esporte contemporâneo se deu por meio da Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO (1978). Após sua divulgação, “[...] todos os documentos do Esporte (carta olímpica, agendas, conclusões de congressos, manifestos, etc.) passaram a também reconhecer o direito de todos às práticas esportivas, defendendo a inclusão social no esporte” (Tubino, 2010, p. 28).

É interessante a percepção da chamada sociogênese na criação e execução de PPSE, no entanto é a partir da década de 1990 que essas políticas se consolidam. A ideia de que o Esporte poderia ser estatal assim como nos países socialistas (URSS ou Cuba), reforça o conceito de esporte popular como direito de todos e dever do estado.

De acordo com Linhales (1998 p.77) “A perda ou a fragilização da autonomia relativa da sociedade para se organizar esportivamente, associada estatização do campo esportivo, provocou o fortalecimento de relações de dependência tutelar entre o esporte e o Estado”. Para existir, o esporte dependia do Estado e esse, por sua vez,

só implantava e apoiava aquelas ações que seriam de seu interesse. Essa espécie de pacto de conveniência também gerou seus efeitos perversos. Um esporte atrelado ao Estado, e um Estado que institucionaliza um sistema esportivo controlado por dirigentes escolhidos por méritos, confianças e anuências ao poder, acabou por consolidar o campo esportivo como espaço privilegiado para as relações políticas baseadas no clientelismo e no populismo (STAREPRAVO e MARCHI Jr., 2016).

Para a análise da importância dos PPSE optamos por buscar as informações relativas ao Programa Segundo Tempo (PST) considerando-o como o mais relevante entre aqueles de iniciativa do governo federal.

No âmbito das políticas públicas de esporte e lazer, considerando o número de convênios e beneficiados, o PST pode ser considerado o maior programa destinado ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens, que tem o esporte como uma ferramenta educacional. (REVERDITO, 2016 p.41)

O Programa Segundo Tempo (PST) consiste em uma iniciativa do Governo Federal, institucionalizado a partir de 2003, que prioriza o fenômeno esportivo como potencializador de elementos educativos (DE CASTRO et al., 2011). Ele está ancorado na Política Nacional de Esporte e Lazer, e atualmente é administrado pela Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social. O seu público-alvo são crianças, adolescentes e jovens expostos a situações de vulnerabilidade social.

De acordo com as diretrizes gerais do programa, o objetivo geral do PST é “democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social” (DE CASTRO et al. 2011, p. 148).

Seus objetivos específicos são definidos em:

“Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; Desenvolver valores sociais; Contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras; Contribuir para a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social e saúde); Contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania)” (TEIXEIRA, 2012).

Conforme dados do Ministério do Esporte, o PST já estabeleceu 1110 convênios, dos quais 460 estavam ativos até 2017. Os convênios são realizados com instituições públicas e instituições privadas sem fins lucrativos que tenham como foco

o atendimento a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Nesses convênios foram beneficiados 3.605.345 crianças, adolescentes e jovens.

Os resultados esperados (impactos diretos e impactos indiretos) projetados para o PST são definidos em:

Impactos diretos:

- Melhoria no convívio e na integração social dos participantes;
- Melhoria da autoestima dos participantes;
- Melhoria das capacidades e habilidades motoras dos participantes;
- Melhoria das condições de saúde dos participantes;
- Aumento do número de praticantes de atividades esportivas educacionais;
- Melhoria da qualificação de professores e estagiários de educação física, pedagogia ou esporte envolvidos.

Impactos indiretos:

- Diminuição da exposição dos participantes a riscos sociais;
- Melhoria no rendimento escolar dos alunos envolvidos;
- Diminuição da evasão escolar nas escolas atendidas;
- Geração de novos empregos no setor de educação física e esporte nos locais de abrangência do Programa;
- Melhoria da infraestrutura esportiva no sistema de ensino público do país e nas comunidades em geral.

Ao longo dos últimos anos é inegável o impacto que os PPSE como o caso do PST causaram sobre os milhões de jovens e suas respectivas famílias que tiveram a oportunidade de participar. No entanto, as maiores dificuldades estão no processo para efetivar essas ações. Nota-se, sobretudo, que o texto do projeto é muito bem escrito e as diretrizes gerais se encaixam perfeitamente sobre as principais necessidades e demandas para as quais o projeto foi idealizado.

Contudo, para traçar considerações que tenham efeito conclusivo ou pelo menos determinante sobre o papel ou a importância dos Projetos no contexto das políticas públicas, é necessário avaliar *in loco* o que acontece em cada chão de quadra. É imprescindível considerar o cotidiano em que o projeto se desenvolve para compreender os sentidos e significados inerentes ou resultantes dessa relação ecológica (Interação entre pessoas/atores diferentes, ambiente, necessidades e anseios).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso ao esporte no Brasil, em sua grande parte, depende do suporte financeiro e humano oferecido pelo Estado (pelo governo municipal, estadual e federal), sendo o principal agente promotor e financiador.

Fica demonstrado que precisamos saber mais sobre a participação dos jovens no esporte. Considerando que as dimensões territoriais, diversidade cultural, população de jovens e o alcance do fenômeno esporte na contemporaneidade, variáveis de diferentes dimensões do contexto, do organismo e temporais são fundamentais para compreender o esporte na ecologia do desenvolvimento humano.

As experiências e oportunidades que a participação no esporte pode proporcionar dependem das condições intencionalmente criadas no ambiente com o objetivo de concretizar o processo de ensino, vivência e aprendizagem do esporte. A educação a experiência e a aprendizagem desportivos, tal como aqui entendidas, consistem em processos política e historicamente locais com objetivos e responsabilidades específicas da prática educativa.

Para que a participação desportiva dos jovens conduza a um desenvolvimento positivo, é necessário criar um ambiente (condições) que o possa incentivar. Este ambiente depende basicamente de decisões político-pedagógicas que possam garantir a participação regular dos jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Dispõe sobre a regulamentação do ensino de Educação Física. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1941. Seção 1, p. 4421. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 jun 2023.

BRASIL. Ministério dos Esportes. Decreto-lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Lei Pelé. Diário Oficial Federal. Brasília. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1998/9615.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

- BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DE CASTRO, S. B. E.; SCARPIN, J. E.; DE SOUZA, D. L. Financiamento público e esporte educacional: uma análise do processo orçamentário do programa “Segundo Tempo”(2004-2011). **Motrivivência**, v. 29, n. 52, p. 136-156, 2017.
- GRECO, P. J.; BENDA, R. N. **Iniciação esportiva universal**. UFMG, 1998.
- LINHALES, M. A. A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos Dissertação (Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.
- LINHALES, M. A. São as políticas públicas para a educação física/esporte e lazer efetivamente políticas sociais? **Motrivivência**, n. 11, p. 71-82, 1998.
- PAES, R.R. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: DE ROSE JR., D. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 89-98.
- PAES, R.R. **Educação Física Escolar: o esporte como conteúdo pedagógico no ensino fundamental**. Canoas: Ed.ULBRA, 2001.
- REVERDITO, R. S. Pedagogia do Esporte e Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano: indicadores para avaliação de impacto em programa socioesportivo. 2016. Tese de Doutorado. [sn].
- SCAGLIA, A. J. O futebol que se aprende eo futebol que se ensina. 1999. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas.
- STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JÚNIOR, W. (Re) pensando as políticas públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. **Revista brasileira de Ciências do Esporte**, v. 38, p. 42-49, 2016.
- STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. Curitiba/Brasil: UFPR, 2011.
- TEIXEIRA, F. C. Diretrizes pedagógicas do programa segundo tempo e suas relações com as ações cotidianas dos núcleos. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.
- TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. 2010.
- ZALUAR, A. O esporte na educação e na política pública. Campinas, Educação & Sociedade, n. 38, p. 19-44, abril 1994.

